

XIX encontro nacional
de pesquisa em
ENANCIB ciência da informação

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO. //

22-26
OUTUBRO
2018
LONDRINA/PR



XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018

GT-10 – Informação e Memória - Comunicação Oral

SÍTIOS DE MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS DA AMÉRICA LATINA: ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, MUSEUS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO

**Mariana Ramos Crivelente (Aluna do Programa de pós-graduação em Ciência da
Informação da Universidade de São Paulo)**

**Nair Yumiko Kobashi (Docente do Programa de pós-graduação em Ciência da Informação
da Universidade de São Paulo)**

MEMORY AND HUMAN RIGHTS SITES IN LATIN AMERICA: ARCHIVES, LIBRARIES, MUSEUMS AND DOCUMENTATION CENTERS

Modalidade da Apresentação: Pôster

Resumo: Os arquivos da repressão permanecem restritos ao acesso pela sociedade civil, em parte por se manterem deliberadamente ocultados e em parte por se encontrarem dispersos em espaços e localidades diversas. Isso retrata, de certa maneira, a tendência de deixar no esquecimento os fatos reveladores das práticas políticas dos regimes autoritários. No entanto, há uma série de iniciativas de construção da memória política realizadas por arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação, web sites, entre outros. O objetivo deste trabalho foi mapear essas iniciativas e construir um canal organizado de difusão dos sítios de memória criados na América Latina. Para isso realizou-se: a) Revisão Bibliográfica, em que se buscou compreender a historiografia latino-americana na segunda metade do século XX; b) estudo e sistematização das técnicas de organização, representação e disseminação da informação; c) Identificação e mapeamento das instituições de memória e resistência da América Latina; d) Criação de um web site para divulgação do material coletado. A pesquisa teve como referencial teórico fundamental a historiografia da América Latina e os processos de organização e representação do conhecimento. Foram mapeados 56 sítios de memória na América Latina e as informações coletadas e sistematizadas foram armazenadas e disponibilizadas em uma página virtual, de domínio da Universidade de São Paulo: <<http://www.usp.br/memoriaeresistencia/>>, denominada “Memória e Resistência”.

Palavras-Chave: Organização do conhecimento; Disseminação da informação; Sítios web; Instituições de memória política; América Latina.

Abstract: The archives of repression remain restricted to access by civil society, partly because they are deliberately hidden and partly because they are scattered in diverse spaces and locations. This portrays, in a certain way, a tendency to leave in oblivion the revealing facts of the political practices of the authoritarian regimes. However, there are a number of initiatives for building political memory held by archives, libraries, museums, documentation centers, web sites, among others. The objective of this work was to map out these initiatives and build an organized channel for the dissemination of memory sites created in Latin America. In order to do this, we performed: a) Bibliographic review to understand the Latin American historiography in the second half of the twentieth century; b) bibliographic review of the techniques of information organization, representation and dissemination; c) Identification and mapping of memory and resistance institutions in Latin America; d) Creation of a web site to disseminate the collected material. The research had as fundamental theoretical reference the historiography of Latin America and the processes of organization and description of knowledge. Fifty-six memory sites were mapped in Latin America and the collected data were systematized and stored for access on a virtual page in the domain of the Universidade São Paulo: < <http://www.usp.br/memoriaeresistencia/>>, called "Memória e Resistência".

Keywords: Organization of information; Information dissemination; Web sites; Institutions of political memory; Latin America.

1 INTRODUÇÃO

A história política da América Latina, na segunda metade do século XX, foi marcada por ditaduras civis-militares que perpetraram violações aos direitos humanos. Esses regimes foram instalados por meio de golpes de Estado arquitetados pela associação das Forças Armadas e das elites nacionais, apoiados por setores das classes médias, com a finalidade de assegurar a manutenção do *status quo*, garantir a estabilidade do pacto de dominação de classes e implementar, por meio da violência política sistemática e institucionalizada, uma nova ordem de desenvolvimento capitalista dependente (FERNANDES, 2010).

A tônica do período foi a institucionalização do terrorismo de Estado. Os governos militares foram responsáveis por torturas, detenções arbitrárias, perseguições, sequestros, violências sexuais, genocídios de comunidades tradicionais, corrupção generalizada da máquina pública, criação de campos de concentração e de extermínio, exílio de cerca de 6,5 milhões de pessoas, intenso retrocesso educacional, além de milhares de mortes e desaparecimentos forçados (COGGIOLA, 2011).

Com a queda desses regimes, nas décadas de 1980 e 1990, a América Latina entrou em um longo processo de transição dos autoritarismos militares para os regimes democráticos. Muitos dos países da região adotaram o conceito de Justiça de Transição, definida como um princípio jurídico para a construção da paz sustentável após períodos de conflito ou de violações sistemáticas dos direitos humanos, com o objetivo de revelar a verdade, conceder

reparação às vítimas, julgar os agentes do Estado perpetradores de crimes e reformar as instituições responsáveis pelos abusos (SOUSA JR et al., 2015). Como observa Félix Reátegui (2011), o desafio das sociedades que emergem do autoritarismo não é somente o de conquistar a transição democrática em si, mas reconhecer os fatos do passado e tomar medidas efetivas de justiça e reparação às vítimas. No entanto, a justiça transicional, na América Latina, foi concebida de modo incompleto, com eficácia reduzida, uma vez que nenhum país latino-americano teve uma Assembléia Constituinte realmente livre de coerções (LINZ; STEPAN, 1999). Isso faz com que, em muitos casos, se reconheça implicitamente a igualdade moral e política entre torturadores e torturados. No âmbito das disputas sociais pela memória coletiva, a realidade latino-americana mostra que, ainda hoje, muitas informações sobre o período de exceção continuam inacessíveis. De um lado, por estarem deliberadamente ocultadas e, de outro, por estarem dispersas em espaços e localidades diversas, o que indica a tendência de deixar no esquecimento os fatos reveladores das violações de direitos humanos durante os regimes autoritários (THIESEN, 2011).

Diante disso, conforme defende Boaventura de Sousa Santos (2006), para se produzir uma memória livre e combater o esquecimento, é necessário dar uma nova configuração aos direitos humanos, tornando-os aplicáveis às realidades dos países que passaram por experiências traumáticas de repressão e violências institucionalizadas. Nesse aspecto, o direito à informação, como um direito humano fundamental, é pré-condição para se quebrar o círculo vicioso que coloca vítimas e algozes no mesmo patamar. É nesse contexto de luta por um conhecimento crítico e emancipatório que emergem as iniciativas de criação de sítios de memória política para coletar, preservar e disseminar informações para conhecimento público. Essas iniciativas são altamente relevantes para se fazer cumprir uma das dimensões fundamentais da Justiça de transição, qual seja a de fornecer a verdade, construir a memória (TEITEL, 2000), buscar direitos, pertencimento e reconhecimento (THIESEN, 2011).

Assim, é sob a ótica de memorialização e difusão de informações sobre as ditaduras civis-militares da América Latina que foi desenvolvida a presente pesquisa. O objetivo foi pesquisar o passado recente dos países que viveram sob regimes ditatoriais e ampliar e aprofundar conhecimentos sobre esse período por meio do diálogo entre pesquisa, sistematização de dados e construção de um canal de difusão de informações, com foco específico nas instituições de memória.

No decorrer da pesquisa, identificamos e mapeamos um conjunto de organizações, bibliotecas, museus, arquivos, sites e blogs dedicados à construção da memória coletiva latino-americana. A fim de tornar os resultados da pesquisa acessíveis de forma ampla, optou-se pela construção de uma página virtual, dentro do domínio da Universidade de São Paulo: <<http://www.usp.br/memoriaeresistencia/>>, denominada “Memória e Resistência”.

2 DESENVOLVIMENTO

Na presente pesquisa foi analisada a história dos golpes civis-militares latino-americanos para avaliar criticamente as informações online encontradas e selecionar os canais pertinentes aos objetivos traçados. No decorrer da investigação foi possível identificar alguns pontos coincidentes entre os regimes de natureza civil-militar originados por golpes de Estado. São comuns, por exemplo, o caráter reacionário e conservador dos regimes, a ação intensa dos serviços ditos de inteligência, a repressão e perseguição aos opositores políticos, a dissolução das instituições representativas do Estado de direito, a militarização do Estado e a participação das burguesias nacionais nesses processos. O poder se centralizava na cúpula das Forças armadas, mas não excluíram, em nenhum momento, a participação das elites nas decisões políticas locais, em especial no que se refere às questões da política econômica.

Por outro lado, foi importante, para os objetivos desta pesquisa, estabelecer um recorte temporal, situado na segunda metade do século XX, compreendido entre o advento da Revolução Cubana em 1959 e a década de 1990, período em que se constituíram e entraram em declínio os regimes civis-militares aqui estudados. Nas décadas de 1980 e 1990 diversos países latino-americanos iniciaram um árduo processo de transição do autoritarismo militar para os regimes democráticos, uma transição em curso até os dias atuais e ainda longe de se concretizar. É neste contexto histórico específico que emergem os sítios de memória política.

O acesso aos documentos e testemunhos produzidos durante e após os regimes militares é fundamental para a apropriação de seu passado pela sociedade latino-americana. A busca da verdade é essencial no processo de democratização. Portanto, a memória dos dominados, que se opuseram à versão forjada pelas classes dominantes, é crucial para se reconstituir a história e promover a consciência histórica.

2.1 Metodologia

Ortega e Gasset em sua obra seminal “Missão do bibliotecário”, publicada em 1934, (ORTEGA Y GASSET, 2006) afirma que as bibliotecas têm a responsabilidade de tratar os documentos, bem como buscar leitores. Nesse sentido, no contexto contemporâneo, é importante ocupar os espaços da rede digital para cumprir a missão proposta por Ortega e Gasset. Uma biblioteca digital, no caso desta pesquisa, caracteriza-se como um dispositivo informacional constituído de documentos eletrônicos, localizado no ciberespaço. Pode ser caracterizado como uma modalidade de representação virtual de documentos socialmente produzidos colocados à disposição para compartilhamento.

A criação de websites, como aqui proposto, requer um trabalho rigoroso de organização de dados, estável, fundamentado em ferramentas adequadas de tratamento para facilitar o acesso. Os passos metodológicos seguidos no que diz respeito à identificação e mapeamento das instituições de memória e resistência, no contexto latino- americano foram:

1. Pesquisa bibliográfica para caracterização dos regimes militares da América Latina;
2. Identificação e mapeamento das instituições de memória e resistência da América Latina;
3. Planejamento e execução de um website para divulgação do material coletado.

2.1.1 Caracterização dos regimes militares e mapeamento das instituições de memória e resistência da América Latina

Neste estudo, consideramos o período em que se concentrou a criação das instituições de memória política, a saber, de 1960, em diante, no período, portanto, das ditaduras de caráter contra-revolucionário e sua derrocada. Desta forma, um primeiro passo foi constituído pela identificação do contexto histórico de cada país para, em seguida, identificar os sítios de memória criados.

As informações coletadas foram organizadas em fichas de identificação constituídas pelos seguintes itens: nome do país; contexto histórico; nome e endereço eletrônico dos sítios de memória identificados, como exemplificado a seguir.

Figura 1: Exemplo de ficha de identificação de país latino-americano e respectivos sites de memória - Argentina.

Argentina
Contexto Histórico
<p>A Argentina historicamente caracterizava-se por ser mais um país latino-americano comandado por uma elite oligárquica e conservadora, embora até 1976 apresentasse os melhores índices de desenvolvimento social de todo o continente latino. O governo, no entanto, não dava espaço aos setores populares, tendo sido gerados constantes conflitos. No período de 1930 a 1976 a Argentina sofreu sete golpes militares. Os golpes tinham a intenção de conter os movimentos sociais que se espalhavam por todo o país exigindo participação popular na esfera política e foram arquitetados e patrocinados pela elite oligárquica argentina.</p> <p>Em 24 de março de 1976 as Forças Armadas deram um golpe que derrubou Maria Estela Matínez de Perón. O regime ditatorial, que se autodenominou Processo de Reorganização Nacional, era formado por uma junta militar que nomeou como presidente Jorge Rafael Videla, comandante do Exército argentino. A ditadura, que contava com o apoio do governo norteamericano, criou 364 campos de detenção onde os opositores do regime eram torturados, assassinados e desapareciam.</p> <p>No plano econômico, o país era comandado pela elite oligárquica encabeçada por José Alfredo Martínez de Hoz, então ministro da economia. As práticas estabelecidas diziam respeito à abertura econômica, regressão na distribuição de renda, terceirização e primarização da estrutura produtiva e endividamento externo.</p> <p>A crise econômica e a pressão internacional aumentaram no final da década de 70 exigindo o fim do regime; no entanto, os militares se mantiveram no poder até 1983, para o que contribuíram o Mundial de Futebol de 1978 e a Guerra das Malvinas. O último representante do Regime foi Reynaldo Bignone que anunciou as eleições presidenciais, estabeleceu uma lei de auto-anistia a fim de proteger os militares responsáveis pelas violências e ordenou a destruição dos registros documentais do Regime.</p> <p>Em 10 de dezembro de 1983, começou o governo democraticamente eleito de Raúl Ricardo Alfonsín. (JINKINGS, 2006)</p>
Sítios de memória argentinos
<ol style="list-style-type: none"> 1. Espacio Memoria y Derechos Humanos (ex ESMA) (http://www.espaciomemoria.ar/) 2. Archivo Provincial de la Memoria de Córdoba (http://www.apm.gov.ar/) 3. Memoria Abierta (http://www.memoriaabierta.org.ar/wp/) 4. Centro Cultural por la Memoria de Trelew (https://www.facebook.com/CCxMTw/) 5. Museo de la Memoria de Rosario (http://www.museodelamemoria.gob.ar/) 6. Comisión de Homenaje a las Víctimas de los CCD El Vesubio y Proto-Banco 7. Parque de la Memoria (www.parquedelamemoria.org.ar/)

Fonte: Elaboração dos autores.

2.1.2 Planejamento e execução de website para difusão das informações coletadas

A disponibilização de informação em formato digital, requer a adoção de ferramentas adequadas de controle e acesso, além de novas linguagens de codificação de valores dos atributos de documentos. Neste contexto, são importantes os metadados, um tipo de formato utilizado para descrever o conteúdo, a estrutura, a representação e o contexto de um conjunto específico de dados.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos empregados no que se refere à criação, desenvolvimento e atualização do mencionado site são: 1) definição dos objetivos do site e público-alvo; 2) definição da estrutura de navegação e Wireframe; 3) definição da estrutura de metadados; 4) sistematização e organização dos dados dos Sítios de Memória Política; 5) definição do conteúdo a ser apresentado em cada página; 6) definição da composição do site: layout e cor; 7) programação em HTML; 8) migração e hospedagem do website na Universidade de São Paulo.

2.2 Resultados

Identificar instituições de memória criadas pós regimes ditatoriais latino-americanos é uma tarefa complexa. Com efeito, além do grande volume de informações, deparamo-nos, no decorrer da pesquisa, com canais destinados a defender as práticas de repressão e violações de direitos humanos. Por esse motivo, procuramos evidenciar a história dos golpes civis-militares e analisar criticamente as informações encontradas. Igualmente indispensável foi delimitar um recorte temporal, situado na segunda metade do século XX, compreendido entre o advento da Revolução Cubana em 1959 e a década de 1990, período em que se constituíram e entraram em declínio os regimes ditatoriais aqui estudados.

Atualmente, no site criado pela presente pesquisa, www.usp.br/memoriaeresistencia, encontram-se mapeadas 56 iniciativas de construção de sites de memória na América Latina, referentes a 16 países.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso aos documentos e testemunhos produzidos durante e após os regimes militares é fundamental para a apropriação do passado e para ele conferir significado a ele. O acesso permite conhecer a verdade, aspecto essencial do processo de democratização. Portanto, conhecer a memória e testemunho das pessoas que se opuseram aos regimes militares é fundamental para reconstituir a história e promover a consciência histórica, reconhecendo que há sempre tensão entre história e memória. É esta perspectiva que deu origem ao presente trabalho, que resultou na organização das informações sobre a história recente dos países da América Latina e os *sites* de memória política construídos no período pós-ditaduras militares.

É imprescindível a pesquisa permanente sobre esse período para trazer à luz os crimes de lesa-humanidade praticados durante as ditaduras civis-militares, bem como para revelar as lutas de diversos segmentos sociais por democracia. O acesso à informação e aos documentos produzidos, durante e após esses regimes, é de extrema importância para possibilitar a apropriação de seu próprio passado pela sociedade latino-americana. Este trabalho é uma contribuição à busca da verdade e justiça.

REFERÊNCIAS

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Hucitec, 1976.

JINKINGS, Ivana; SADER, Emir (Orgs.) **Latino americana**: enciclopédia contemporânea da América Latina e Caribe. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006.

LINZ Juan J.; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da europa e da américa do sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

REÁTEGUI, Félix (Org.). **Justiça de Transição**: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova política. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUSA JUNIOR, Jose Geraldo de; SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. **Justiça de transição**: Direito à memória e à verdade. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. **O direito achado na rua**: introdução crítica à justiça de transição na América Latina. Brasília: UNB, 2015.

TEITEL, Ruti G. **Transitional justice**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

THIESEN, Icléia. Inteligência informacional: dialogando com a informação, a memória e a história. In: _____. (Org). **Imagens da clausura na ditadura militar de 1964**: informação, memória e história. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 216-233.